

## PESQUISA DE CAMPO, CADERNO DE CAMPO: O INESGOTÁVEL “APREENDER” O RURAL

Daniel Tadeu do Amaral\*

A intenção ao escrever este artigo é de certa forma estabelecer alguns paralelos sobre o trabalho que realizo no Nupedor desde meu ingresso nesse núcleo de pesquisa.

O aprendizado foi intenso, fruto de uma oportunidade única de vivenciar dois aspectos valiosos para um bom desenvolvimento e amadurecimento científico: pesquisa de campo e trabalho em grupo. Claro que estes aspectos, só, não seriam suficientes sem boa dose de preparação metodológica e aprendizado teórico. Sem estes dois últimos, todo o esforço de compreensão esbarraria na frouxidão de falta de eixo e de prumo teórico adequado.

O trilhar da ciência se faz por aproximações sucessivas, e de antemão ter noção de que podemos cair no erro, na má compreensão, e que mesmo tendo ciência disto podemos a qualquer momento termos nossas “vistas turvas” (Morin, 1986), por algum tipo de preconceito (Whitaker, 2002). Serve de alerta a nossa “vigilância epistemológica”, ainda mais quando o objeto de estudo se apresenta no meio rural, um lugar onde o espaço - tempo, apresenta diferenças significativas em relação à cidade, e ao modo de vida urbano.

Desta maneira uma adequada formação do pesquisador é parte essencial deste processo, uma vez que, na maioria dos casos, nascemos e crescemos dentro dos limites da cidade, do urbano, onde o conhecimento da realidade do campo advém muito mais dos livros do que da prática.

Ainda no primeiro ano de pesquisa, com a devida orientação, tivemos a preocupação de procurar captar, dentro do assentamento, a relação entre o assentado e o meio em que vive tendo em vista o espaço como expressão material, resultado do trabalho social, e que para organizar o espaço, o homem utiliza suas forças corporais e mentais a partir do trabalho. E este processo de transformação e modificação deste espaço, que leva a uma natureza humanizada (Santos, 1992), estaria de que maneira pautado pelo respeito à natureza, e pela

---

\* Bolsista de Iniciação Científica no projeto “Inserção de Assentamentos de Reforma Agrária às Economias Regionais: Indicadores de qualidade de vida e de integração ao meio ambiente. Araraquara e o Pontal Paranapanema-SP”

preocupação sistêmica com o meio ambiente? Ou como seria o perfil destes “novos atores sociais” (Ferrante, 1988) com uma identidade ainda em construção? E seus anseios, dificuldades e estratégias de inserção comercial e social?

Lembro-me com clareza de minhas primeiras idas a campo e o quanto minha impressão sobre o assentamento foi pouco a pouco se modificando e ganhando novos contornos, mais “coloridos”, mais interessantes. De início, talvez por excesso de inquietude “imberbe”, só conseguia ver os problemas, as dificuldades pelos quais passavam, e queria de alguma forma levar algo e contribuir de alguma forma. E não sabia ao certo o que poderia fazer e se poderia contribuir.

Tentava forjar em mim muito mais um agente político, um militante da causa do que um pesquisador atento por conhecer esta realidade “densa e mutável” (Ferrante, 1988) e por construir aos poucos uma base mais sólida de compreensão. Mas as diversas reuniões e discussões fizeram “apaziguar a alma” e criar condições mais propícias para acima de tudo aprender com os assentados, educar meu ouvido e me fazer “muito mais ouvir do que falar”.

Um exemplo deste “aprender com os assentados” pode ser observado numa passagem do diário de campo, assim descrito:

*Olhando uma parreira de uva, plantada próxima à casa de Sr. Severino, notei que na base da parreira tinha algumas botinas velhas colocadas lá. E brincando perguntei a ele se aquilo era uma “plantação de botina”. Sorrindo me disse: - Não ali onde ela está plantada (a parreira) recebe muito sol e a botina é uma maneira que eu criei para segurar a umidade na base da parreira. Notei que as botinas estavam úmidas e realmente serviam de proteção (Caderno de Campo – 18/05/2002).*

Aparentemente de uma situação casual, este fato serve para ilustrar os muitos saberes dos assentados, e o farto uso da criatividade. Uma vez que para trabalhar a terra, sem o acesso a estruturas mais adequadas (acesso a crédito viável, apoio técnico, e as devidas correções estruturais como correção do solo e destoca), este tipo de comportamento passa a ser condição para existência e para sua permanência na terra.

Referências ao uso de alternativas não convencionais ao trato da terra, como o descrito anteriormente, pode, para efeito de caracterização ser colocado como prática constante nos assentamentos. E para situar melhor esta afirmação seria interessante recorrer a fatores internos, e a algumas “falas” dos assentados.

As queixas referentes ao ITESP (Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo), e o desamparo do apoio técnico fazem-se presentes na maioria das falas dos assentados. A omissão do governo em sinalizar com uma política

clara para os projetos de reforma agrária quer seja na forma de crédito agrícola e renegociação de dívidas, quer seja em políticas públicas de porte para o pequeno agricultor; alimentam este panorama e justificam as reclamações.

Abaixo, segue-se a fala de um assentado registrada num trecho do diário de campo.

*O ITESP é um dos principais culpados pelos problemas do assentamento, e o problema vem muito mais do ITESP para baixo do que do ITESP para cima. Por exemplo, a destoca (retirada dos tocos de eucalipto que estavam no solo) era responsabilidade do ITESP, e nunca foi feita direito, tem gente com o lote comprometido por causa da quantidade de tocos. O número de técnicos é pouco para cobrir todos os assentamentos, a análise do solo não é feita há anos (Sr. Belintani, Caderno de Campo –16/11/2002).*

Em outro relato esta imagem é reforçada e ganha maior relevância pelo fato do problema afetar diretamente a viabilidade do trabalho no lote em questão.

*No lote de Sr. João o problema da destoca mal executada é ainda mais visível, cerca de cinco hectares do terreno está comprometida pela quantidade de tocos de eucaliptos presentes. Como tem mão de obra 'excedente' (moram em 13 no lote – duas famílias; a sua, e a de sua filha casada) seus filhos são obrigados a buscar trabalho fora do lote, seja prestando serviço a outros assentados, seja trabalhando como mão de obra volante na safra e colheita da laranja (Caderno de Campo – 07/06/2003).*

Os problemas com o endividamento apresentam-se também como constantes. Os custeios (Pronaf) adquiridos, na grande maioria dos casos, dificilmente são saldados. A principal fonte de críticas dos assentados repousa no tempo necessário para maturação destes investimentos e conseqüente retorno, bem como o tempo de carência estreito.

Senhor Agrício, morador do núcleo seis, comentando o crédito agrícola certa vez mencionou:

*O problema do crédito é que se você não consegue pagar, não pega mais nada...fica com o nome sujo, inadimplente, eu mesmo não vou pegar porque se pegar sei que não vou pagar no tempo certo. Só para preparar a terra dependendo do custeio, não sobra nada para o resto ((Sr. Agrício, Caderno de Campo – 14/06/2002).*

Desta forma a situação é pouco a pouco costurada, cedendo espaço para investidas entendidas pelos assentados como “alentadoras”, como o caso da proposta de parceria com agroindústrias dentro de projetos de reforma agrária, e a sinergia estabelecida entre poder público e setores econômicos tradicionais da região (Usinas). A exemplo disso vemos o caso da Prefeitura de Motuca, agente mediador da proposta de consócio da cana entre assentados e Usinas.

A busca pela inclusão social, e definitivo abandono da difícil condição pela qual passaram por quase toda vida, consubstancia-se dentro do assentamento pelo imperativo da melhora econômica, do sucesso almejado, da certeza de segurança e da estabilidade familiar. Assim quando se analisa um assentamento, jamais as trajetórias e percursos pelos quais passaram seus personagens (assentados) pode ser ignorada; é ela que ilumina certas práticas entendidas como estratégias de permanência na terra.

Um exemplo disso nos é dado pelo Sr. Severino, morador do núcleo três e natural de Pernambuco, que veio para São Paulo ainda moço, e trabalhou de diversas formas e em diversos lugares, embora quase sempre no meio rural – de onde provém seu registro de aposentadoria. Em seu lote é característica a presença de culturas típicas do lugar de origem. E assim foi descrita a impressão sobre o lote:

*Sr. Severino é casado com D. Ana, e vieram para o estado de São Paulo há mais de trinta anos – estão no assentamento há oito anos (...) e o que mais impressiona é o fato de Sr. Severino ter feito de seu lote extensão de culturas típicas do nordeste. Sua principal remuneração vem da venda da farinha de mandioca que produz artesanalmente, no forno por ele construído (...) além da farinha de mandioca, planta abacaxi, tem pés de caju, e outras frutas do norte (Caderno de Campo – 18/05/2002).*

Desta realidade configurada por determinadas impossibilidades (já relatadas anteriormente), o assentado, como sujeito e agente de possibilidades, subverte e forja maneiras de subsistir e trabalhar a terra. Alheio muitas vezes, ao estereótipo idealizado do que seria uma reforma agrária “ideal”, ou de qual o melhor perfil para estes atores.

E quando analisamos este universo percebemos que suas trajetórias, suas histórias, exercem papel central quando se procura compreender o processo de reforma agrária de uma maneira contextualizada. Exercício esse que necessariamente passa pelo resgate da memória do assentado, e não menos, da história do lugar.

Ao entrevistarmos os assentados e nas constantes visitas aos lotes, sempre se pode perceber a forte presença da preocupação ambiental, como o

grupo posteriormente nomeou: “consciência ambiental dos assentados”; não colocada de forma homogênea e unânime, mas extremamente perceptível. Um exemplo disso pode ser visto na fala do Sr. Agrício:

*Perguntado sobre produção orgânica, Sr Agrício nos relatou: - Olha tudo que eu produzo aqui no lote pode-se dizer que é natural não uso agrotóxico para quase nada, eu não gosto de agrotóxico. Os pés de café não receberam nada de agrotóxico e eu prefiro assim. Sabe a gente mora aqui no lote; e se não faz bem pra terra usar agrotóxicos imagina para gente (Sr. Agrício, Caderno de Campo – 18/05/2002).*

Ou ainda o Sr. Belintani comentando sobre seu lote em outro momento nos relatou:

*Aqui meu terreno faz limite com uma área de preservação ambiental, tem cabeceira de nascente, corre um riacho, nestes lugares é que os animais silvestres se abrigam, se alimentam (...) e dentro do assentamento na lei tinha que ter 20% de área de preservação ambiental e mexer nisso aqui é crime isso tem que ficar intocável e é por isso que não pode haver queimada da cana dentro do assentamento, já imaginou se o fogo pega numa área dessas (Sr. Belintani, Caderno de Campo - 12/03/2003).*

Estes pequenos exemplos servem de indicativo a muitos comentários referentes ao solo. Da necessidade de rotatividade de cultivos, à presença de animais silvestres dentro dos assentamentos, ou então a manutenção dos recursos hídricos.

Num comentário extraído do Caderno de Campo expõe-se:

*Sr. Agrício fez questão de nos mostrar o rio que passa no limite de seu lote e contou-nos da intenção de comprar uma bomba para irrigar a parte mais baixa do lote mas salientou que quer comprar uma bomba não muito grande (pequena potência) para usar de vez em quando e não afetar o volume de água do rio (Caderno de Campo – 18/05/2002).*

Pode-se supor que estas situações apreendidas no assentamento encontram paralelo com o lugar e com a história física do lugar. Tendo em vista o lugar como ponto geográfico, sujeito a mudanças de significação, graças ao movimento social (a cada instante as frações da sociedade que lhe cabem não são as mesmas) - (Santos, 1992). E entre lugar e localização (feixe de forças

sociais se exercendo em um lugar) no caso do Monte Alegre, e de seu espaço físico, pode-se dizer que apresenta significativas modificações, que condicionam certas práticas e servem de suporte a determinados comportamentos.

A fazenda de Monte Alegre, antes de se tornar assentamento, pertencia ao Estado. Durante mais de quarenta anos em suas terras foi feito o cultivo de eucalipto, primeiramente para produzir madeira para o sustento da Estrada de Ferro Araraquara e posteriormente, já sob a coordenação da C.A I.C. (Companhia Agrícola e Imobiliária Colonizadora), com a concessão para indústrias do ramo de papel e celulose.

Como consequência direta de mais de 40 anos de cultivo de eucalipto, o terreno da fazenda Monte Alegre apresenta baixa fertilidade, problemas crônicos relacionados à acidez do solo, e incidência considerável de predadores como formigas e cupins, resultantes do período submetido à monocultura e da destoca mal executada no terreno.

Este exemplo nítido dos malefícios causados pelo péssimo uso da terra impôs seríssimas restrições aos projetos executados pelos assentados, e a necessidade de resgate de nutrientes do solo contribuiu para despertar à preocupação ambiental e a busca de horizontes mais amenos no que se refere a práticas agrícolas predatórias.

Neste caso a relação entre o que foi no passado, e o uso que foi feito ao solo, criaram a necessidade de se buscar, dentro dos lotes, práticas que possam pouco a pouco melhorar a qualidade da terra. Comparativamente, no assentamento 'Bela Vista', embora este também tenha servido a monocultura do café e da cana, pode-se dizer que os efeitos danosos ao solo apresentam-se de forma menos expressiva do que no assentamento Monte Alegre.

Dessa maneira, os problemas relacionados à acidez da terra e a necessidade de resgate de nutrientes do terreno, numa situação de escassos recursos financeiros por parte dos assentados, impossibilitam o uso massivo de técnicas agrícolas convencionais como: inseticidas, cupinidas, adubos químicos, e calcário para correção do ph do solo.

Criam-se então outras estratégias, baseadas em cultivos rotativos e uso de matéria orgânica, produzidas dentro do lote, para que se possa melhorar a condição do solo. Práticas estas que se enquadra melhor com o perfil dos agentes, e pode ser entendida, como fruto do *hábitus* dos assentados, e também como uma prática que resgata elementos do cultivo tradicional.

Um outro aspecto relacionado a isto e extremamente relevante no que concerne ao cotidiano dos assentamentos, é o entendimento da *multifuncionalidade* dos lotes.

O conceito de *multifuncionalidade* da terra não é novo e conta com reconhecimento particularmente referente à segurança alimentar e o desenvolvimento sustentável (Agenda 21, capítulo 14). Em março de 1998 a

OECD, organização que reúne os países mais ricos do mundo, declarou que além de sua função primária de produção de fibras e alimentos, a atividade agrícola pode também moldar a paisagem, prover benefícios ambientais tais como conservação dos solos, gestão sustentável dos recursos naturais renováveis e preservação da biodiversidade e contribuir para a viabilidade sócio-econômica em várias áreas rurais. Portanto é agricultura multifuncional quando tem uma ou várias funções adicionadas ao seu papel primário de produção de fibras e alimentos.

Neste ponto a experiência de conhecer “de perto” um assentamento cria condições de se estabelecer que em nenhum outro modelo agrícola a idéia sui generis do conceito de multifuncionalidade pode contemplar tantas atribuições como num projeto de reforma agrária. Agricultura familiar atrelada à função social, distribuição de renda, função ambiental e preservação do solo; e autoconsumo relacionado a segurança alimentar. Representando um verdadeiro “oásis” de diversidade em uma região dominada pela monocultura da cana e da laranja.

Um exemplo disso pode ser observado no Caderno de Campo, extraído trecho da visita ao lote de Sr João Santa Fé, assentado morador do Núcleo 1,

*No lote de Sr. João St Fé, eles produzem frutas como limão, manga, que é comercializado, noutra área do lote tinha feijão ‘lab lab’ plantado – que não é comestível, mas é um adubo verde que é incorporado ao solo. É muito bom para a correção do solo pois a raiz desse feijão fixa nitrogênio no solo. Eles querem plantar soja nesse espaço, depois de um ano do feijão. Vendem o que produzem para a cidade de Monte Alto. No lote de moradia (agrovila) tem agricultura de subsistência: arroz, milho, feijão, horta, frutas (laranja jaca, e já teve melancia). E nos relatou que quase tudo que consomem para uso próprio sai do lote (Caderno de Campo - 22/06/2002).*

Esta passagem exemplifica bem a rede sistêmica dinamizada entre lote de produção e moradia, cultura de subsistência e de produção, e do uso de práticas naturais para melhoria do solo.

Porém, quando se apresentam questões relacionadas a conceitos como de multifuncionalidade e de preservação ambiental, esbarra-se por um lado nos limites impostos pela necessidade de se viabilizar economicamente o lote, e por outro, no perigoso abismo das generalizações.

Quando o modelo de crédito agrícola e das políticas públicas (no caso dos assentamentos – quase ausente em âmbito federal) indica a necessidade de retornos rápidos e grande produtividade, tendo em vista que as políticas públicas têm profundo efeito sobre qual o modelo de agricultura que se adota,

sinaliza-se um hiato produtivo que leva a maioria dos assentados da região a fazer uso de alternativas não agrícolas, tanto para subsistir quanto para investimentos dentro do lote. Ou então a adesão maciça de assentados a propostas de consórcio agrícola – (como no caso da cana) – com usinas da região.

Sendo assim, parte do itinerário de muitas famílias integra a necessidade de emprego de algum, ou alguns familiares na cidade. A venda da força de trabalho na safra da cana e laranja, e do imprescindível uso da aposentadoria para pagar despesas com remédios, roupas, condução, e até benfeitorias internas; e a aceitação de propostas entendidas como “única solução”, como no caso do consórcio da cana.

O outro aspecto relevante, segundo o que vimos e vivenciamos dentro desta realidade “extremamente mutável” dos assentamentos, nos alerta para o perigo em fazer uso de generalizações. Às vezes dentro de um mesmo núcleo convivem situações muito precárias, com outras mais estruturadas. Assentados com uma preocupação ambiental apuradíssima, entre outros pouco preocupados com, por exemplo, à dosagem de remédios aplicados à criação, ou então, com o destino do lixo de embalagens tóxicas.

Nota-se que neste contínuo processo de viabilizar a vida dentro do lote, novos aspectos modificam a dinâmica dos assentamentos, apresentando outros elementos, e a todo o momento reconfigurando suas dinâmicas internas. Dentre estes aspectos tem se tornado cada vez mais relevante o papel do poder público local, e a “reciclada” proposta de parceria com agroindústrias dentro dos projetos de reforma agrária.

Como mencionado, na ausência de políticas mais viáveis e claras de âmbito nacional, e do sistemático desaparecimento e esvaziamento dos órgãos competentes (ITESP/INCRA) pelos projetos de reforma agrária, vêm crescendo a demanda dos assentados por políticas públicas municipais que contemplem suas necessidades básicas. Assim, reivindicam: transporte, saneamento, escolas, melhorias nas estradas de acesso, postos de saúde, e projetos que integrem social e economicamente os assentamentos à região.

Os assentamentos abrangidos pela pesquisa estão contidos em alguns municípios da microrregião de Araraquara. O assentamento ‘Bela Vista’ situa-se inteiramente sob âmbito de Araraquara, já o assentamento Monte Alegre estende seus limites com as cidades de Araraquara, Motuca e Matão. O que configura uma atuação em alguns casos de políticas municipais distintas para um mesmo assentamento (no caso; os da fazenda Monte Alegre).

Um bom exemplo disso é a atual situação dos assentamentos da Monte Alegre, em que uma proposta da prefeitura de Motuca configurou significativas modificações na realidade deste assentamento.

Desde a eleição de Emílio Fortes (Prefeito de Motuca) foi criada, como dito anteriormente, uma sinergia entre municipalidade e a iniciativa privada,

configurada pelo tradicional setor sucroalcooleiro, no sentido de viabilizar parcerias entre assentados e usinas. Estas investidas das agroindústrias para com os assentamentos já haviam sido tentadas anteriormente, ocasionando tensões internas, desavenças e inclusive expulsões dos lotes. Isto porque estas iniciativas esbarravam na objeção legal, por parte do DAF (posteriormente integrado ao ITESP) e INCRA de se estabelecer qualquer vínculo de natureza semelhante a arrendamentos ou consórcio dentro de projetos de reforma agrária. Também em boa parte devido à ação contrária do sindicato rural de Araraquara somada com a não aceitação unânime dos assentados em aderir a parcerias com usinas.

Porém, como o espaço está sujeito ao movimento dialético do todo social, e as mudanças nas dinâmicas de forças trazem novas significações, esta cláusula proibitiva foi revista e modificada, como resultado direto de pressões políticas e do uso da representatividade e demanda organizada dos assentados – que passaram a aceitar e a requisitar modificações na legislação do ITESP.

Em Diário Oficial do Estado nº 112, de 25 de outubro de 2002 a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo divulga a portaria 75, contendo cinco artigos e derivativos que visam estabelecer permissão e limites para práticas associativas entre assentamentos e agroindústrias.

Esta medida legal apresentou-se como um divisor de águas na história dos assentamentos da região. Ao longo da década passada várias foram as tentativas de se estabelecer parcerias entre assentados e usinas, e o processo de resistência à proposta perdurou por mais de dez anos. E na ausência de outras propostas por parte do ITESP, e pela própria demanda dos assentados em aderir ao consórcio com usinas, foi firmado em caráter legal a permissão para estas associações.

Em março de 2003, após a assinatura do contrato com a destilaria Santa Luiza, localizada no município de Motuca, a primeira turma de assentados recebe o maquinário da usina em seus lotes para correção e preparo do lote e plantio das mudas de cana.

Um importante aspecto notado, nas entrevistas colhidas, foi à maneira como o idéia de parceria veio a ser incorporada nos discursos dos assentados como única alternativa de aumento de renda ou ainda como “alternativa alentadora”. E como a presença da cana veio a ser relatada.

Em uma visita anterior à concretização da proposta colhemos os seguintes relatos: Sr. Amarildo, morador do núcleo dois, nos disse:

*A idéia da cana não é ruim para o assentado. Com essa renda o assentado pode investir em outra parte do lote (...)com a parceria dá para tirar mais de R\$ 300,00 por mês e isso vai ajudar muito assentado que está em situação ruim (Sr. Amarildo, Caderno de Campo – 11/05/2001).*

No mesmo dia em conversa com Sr. Cleonildo , perguntado sobre os malefícios da cana; veio a nos relatar:

*Eu sou a favor da produção da cana, se houvesse produção da cana a vida no assentamento seria melhor (...) e é melhor com a cana do que a terra descoberta, a cana protege a terra da chuva, do sol, da acidez (Sr. Cleonildo, Caderno de Campo – 11/05/2001).*

Posteriormente à concretização da proposta em conversa com Sr Belintani, que foi um dos defensores da proposta, nos relatou.

*Olha, eu defendi a cana porque acreditava que poderia ser bom para o assentamento, mas se hoje se eu pudesse apagar a idéia da cana (...) eu apagava, porque tão fazendo mal uso dela, tem a queimada que não pode acontecer, e não esta tendo fiscalização por parte do ITESP (...) tudo que tiver no contrato vai ter que ser pago e eles (usina) não estão fazendo do jeito certo estão passando em cima do contrato (Sr. Belintani, Caderno de Campo – 26/04/2003)*

Esta última fala demonstra os sinais de preocupação dos assentados com a concretização da parceria. Tendo em vista que qualquer problema no plantio, como uso de calcário para correção do solo sem haver a medição da tonelagem aplicada, o uso “diluído” (insuficiente) de formicidas e cupinicidas, ou então a demora para o plantio (um pouco tarde observando-se a época das chuvas), poderia comprometer a produtividade e conseqüentemente o retorno planejado com a venda da safra.

E como se trata de um contrato de cinco anos, qualquer problema criado no início do plantio pode comprometer não somente a produtividade e conseqüente ganho, como também deixar os assentados, no que tange as obrigadoriedades do contrato, numa situação ainda mais difícil do que aquela na qual se encontram atualmente.

Nos assentamentos da fazenda Monte Alegre existe hoje a intenção declarada de 211 famílias em aderir ao consórcio da cana. Oficialmente, um primeiro grupo já iniciou o plantio da cana. Ao todo são 37 famílias, divididas entre os núcleos três e seis (10 famílias) e o núcleo um (27 famílias), de onde pudemos verificar a maneira como está sendo conduzida a parceria.

Na integra, o projeto prevê cinco safras, tendo a primeira safra 18 meses entre o plantio e a colheita, nas demais entre o plantio e a colheita passar-se-iam 12 meses. Nesta primeira safra a usina entraria com o preparo da terra, com o uso de corretivos ao solo e venenos para formigas e cupins, o uso do

maquinário para fazer a destoca e as “ruas”. O plantio e tratos diários ficam por conta dos assentados, organizados por turmas. A partir da colheita das safras começam então a ser pago o serviço realizado pela usina, e da segunda safra em diante todo o serviço é feito pelo assentado.

Um aspecto relevante da forma como foi feita a parceria, foi a objeção de parte de alguns assentados em não aceitar a tradicional prática da queima da cana para colheita. No pré-contrato, ao qual tivemos acesso, verificamos que a exigência de não haver queimada estava colocada somente como observação no final do contrato, e não como pensavam alguns assentados, como cláusula proibitiva.

Logo a garantia de não haver a prática da queimada em assentamentos não pode ser estabelecida. Neste sentido, alguns assentados vêm se articulando com o Sindicato Rural de Araraquara – tradicional opositor ao consórcio – no sentido de reivindicar algum tipo de proibição para esta prática, senão a proibição do próprio consórcio. A prática da queima da palha da cana é um expediente utilizado para facilitar a colheita da cana e em grande medida utilizada pelas usinas em seus domínios, tendo em vista a dimensão da área plantada, e o sistema de colheita, baseado na motomecanização e no uso de mão obra subempregada. Portanto faz parte da lógica de ganhos crescentes e redução dos custos diminuir o tempo gasto com o serviço de colheita, e a redução do ônus causado por um tempo de colheita maior (caso não haja a queima da cana). Porém, quando tratamos de assentamentos de reforma agrária, a prática da queima da palha da cana, além do incalculável prejuízo ecológico, fere a própria legislação que de um lado admite a parceria, e de outro não permite a queimada. O antagonismo maior apresenta-se então uma vez que esta que prática vem ocorrendo há algum tempo no assentamento Bela Vista, e ao que tudo indica pode vir a ocorrer no assentamento Monte Alegre.

Entendamos que, quando pensamos em sistemas sustentáveis, partimos não erroneamente da idéia da pequena propriedade de agricultura familiar, em que a diversidade e o manejo de várias culturas é extremamente necessário para viabilizar a vida no lote. Neste caso, a queima da cana pode prejudicar os outros 50% do lote, que segundo a norma deve ser destinado ao plantio de outras culturas. Sem contar no risco de o fogo “vazar” e atingir outros lotes bem como danificar ou destruir a própria residência do agricultor, que em sua grande maioria moram no lote de produção.

Portanto o desenrolar destes fatos sugere de um lado elementos que possibilitam verificar que existe um descontentamento por uma parcela dos assentados na maneira como está sendo conduzida a parceria. Cabe aos órgãos competentes pela administração dos assentamentos um maior rigor em relação ao que compete a cada parte, e a garantia do respeito às objeções estabelecidas

como por exemplo, o caso das queimadas. E por outro lado sinaliza a crescente importância das políticas públicas locais na dinâmica dos assentamentos.

Cabe ainda ressaltar que o fato do consórcio ter sido aceito e estabelecido sob forma de portaria, por parte do ITESP, deixa em aberto a possibilidade, se necessário, da anulação desta prática associativa. Isso desde que se assumam para com os assentamentos a devida responsabilidade, que só será efetivada com a criação de possibilidades econômicas viáveis, e reais condições de melhora de vida. Ou seja, medidas concretas no sentido de minimizar as dificuldades nos projetos de assentamento.

### **Referências bibliográficas:**

AGENDA 21, CAPÍTULO 14, 03/1998.

BAÚ, C. H. R. Relações de Produção da Cana de Açúcar no Assentamento da fazenda Bela Vista do Chibarra. In: **Retratos de Assentamento**. n °08, Seção Gráfica – FCL/CAr, 2000.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Difel, 1989.

CORDEIRO, A .; PETERSEN, P.; ALMEIDA, S. **Crise sócio-ambiental e conversão ecológica da agricultura brasileira**: subsídios à formulação de diretrizes ambientais para o desenvolvimento agrícola. Rio de Janeiro, 1996 mimeo.

DANTAS, A. O Homem Rural no Assentamento de Reforma Agrária. In: **Retratos de Assentamento**. n ° 06, Seção Gráfica – FCL/ CAr, 1998.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. N °205, vol.112, 25/10/2002.

FERRANTE, V. L. S. B. e SILVA, M. A. M. **A política de assentamento**: o jogo das forças sociais no campo. São Paulo: Edunesp, v. 11, 1988.

GUIA METODOLÓGICO “DIAGNÓSTICOS DE SISTEMAS AGRÁRIOS”. Brasília: INCRA/FAO, s/d.

MORIN, E. **O Método**. Volume IV. Lisboa: Publicações Europa América, 1991.

ITESP. Retrato da Terra. n °1 ao n °10. **Cadernos do ITESP**. 1995-2001.

ROSIM, L. H. A Luta pela Terra: A Vontade do Estado e o Querer dos Trabalhadores. In: **Retratos de Assentamento**. n °06, Seção Gráfica FCL/CAR, 1998.

SANTOS, M. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1992

SOARES, A.C. A Multifuncionalidade da agricultura familiar. In: **Proposta**. n° 87, Dezembro/Feveiro de 2000/2001.

SZMRECSANTYI, T. **O Planejamento da Agroindústria Canavieira no Brasil**: (1930 – 1975). São Paulo: Hucitec, 1979.

WHITAKER, D. C. A. **Sociologia Rural**. Questões Metodológicas Emergentes. Presidente Venceslau: Letra a Margem, 2002.